

## A Era do Lazer Enlatado: Algumas Reflexões Sobre o Tempo Livre e o Tempo do Trabalho

Danielle Fernandes Costa Machado<sup>1</sup>  
Mirna de Lima Medeiros<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho em tela caracteriza-se como um ensaio teórico que propõe uma reflexão sobre as inter-relações entre tempo, lazer e trabalho. Para tanto, analisam-se as tensões enfrentadas pela sociedade contemporânea em relação à apropriação dos seus diversos tempos sociais que dificultam a efetivação de experiências autênticas e emancipatórias de lazer. Argumenta-se que o tempo livre e a atitude são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão do fenômeno do lazer e busca-se revelar como a construção social e ideológica da apropriação dos tempos sociais foi responsável pela subversão do lazer à lógica capitalista. Finalmente, sugere-se que o tema do lazer seja pensado a partir de uma perspectiva crítica que possibilite realçar seus conteúdos culturais, valorizando a experiência humana nas suas práticas de lazer.

**Palavras-chaves:** Lazer. Tempo livre. Tempo do trabalho.

### 1. Introdução

Com a diminuição da jornada de trabalho, a sociedade contemporânea adquire cada vez mais tempo livre para uso do lazer. Entretanto, o aumento do tempo liberado do trabalho não significou, necessariamente, a difusão de uma atitude mais positiva em relação às práticas do lazer. A supervalorização do tempo quantitativo e linear somado à difusão dos valores da indústria cultural funcionam como inibidores para a construção de um lazer emancipatório, criativo e reflexivo.

Com base nessas questões, esse artigo discute sobre as inter-relações entre tempo, lazer e trabalho. Inicialmente, são apresentadas algumas conceituações teóricas sobre o lazer que ajudam a entender o fenômeno, assim como seus principais elementos estruturantes como o tempo livre e a atitude. Em seguida, discute-se sobre a dicotomia secular entre lazer/tempo livre *versus* trabalho/tempo de trabalho, buscando-se esclarecer como a construção social e ideológica da apropriação dos tempos sociais foi responsável pela subversão do lazer à lógica capitalista. Finalmente, sugere-se que o tema do lazer seja pensado a partir de uma perspectiva crítica que possibilite realçar seus conteúdos culturais, valorizando a experiência humana nas suas práticas de lazer.

---

<sup>1</sup> Turismóloga, especialista em Gestão Estratégica de Marketing, mestre em administração, doutoranda do curso de Administração da UFRGS e professora assistente do curso de Turismo da Universidade Federal do Pampa. E-mail: daniellefcm@gmail.com

<sup>2</sup> Turismóloga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da FEARP/USP. E-mail: mirnamedeiros@hotmail.com

## 2. Sobre o lazer e sua base conceitual

As definições sobre o lazer já foram amplamente debatidos pela literatura especializada, mas ainda apresentam divergências que dificultam sua plena compreensão. Apesar disso, a maioria dos autores se orienta pela clássica definição de Dumazedier (2000, p. 34), segundo a qual:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Gomes (2008) complementa que o lazer possui uma dimensão cultural constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. Para a autora, o lazer é uma construção social que envolve quatro elementos inter-relacionados: 1) tempo, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer (final de semana, férias, etc.); 2) Atitude, que diz respeito às ações que são fundadas no lúdico – entendido como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade; 3) Espaço-lugar, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro consigo, com o outro e com o mundo, além de convívio social para o lazer; 4) Manifestações culturais, conteúdos vivenciados como fruição da cultura, seja como possibilidade de diversão, de descanso ou de desenvolvimento.

Nessas definições se percebe o caráter liberatório do lazer como resultado da livre escolha, ainda que esta não deva ser entendida de forma absoluta, porém marcada pelos condicionamentos socioeconômicos. O fato é que o lazer supõe obrigações, ou seja, para que ele exista é necessário que elas cessem. Outro traço definidor do lazer é o seu caráter desinteressado – que também deve ser relativizado, não possuindo fins lucrativos, utilitários, etc. Além disso, os autores costumam conceituar o lazer a partir de suas funções que envolvem o descanso, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade (MARCELINO, 1983, p. 25).

Embora se perceba o esforço dos pesquisadores em propor um conceito mais esclarecedor para o significado de lazer, os principais hiatos que se verificam tanto no nível teórico quanto prático referem-se à dicotomia entre lazer, trabalho e tempo livre. Nesse

sentido, uma vez que o pressuposto básico da estrutura conceitual do lazer está intrinsecamente relacionado com a compreensão do tempo livre, parece imprescindível fazer algumas reflexões sobre esse tema.

### **3. Dionísio *versus* Prometeu: situando o debate do lazer em relação ao tempo do lazer e ao tempo do trabalho**

Existe consenso entre diversos autores que a dimensão tempo é uma categoria básica da existência humana. Sobre o assunto, Gouvitch (*apud* ROLIM, 1989, p. 43) comenta que não é possível compreender um tipo historicamente particular de estrutura da personalidade humana sem ter estudado os modos de percepção e de apreensão do tempo inerentes à cultura e ao contexto histórico correspondente.

Para Hassard (2001), a variável tempo pode ser estudada a partir de duas perspectivas ontológicas: 1) Tempo linear-quantitativo – concebe o tempo como um fato objetivo, mensurável, altamente valorizado e escasso. Essa abordagem compreende o tempo como uma mercadoria do processo de produção que liga aceleração e acumulação e, portanto, gera um valor humano. A escassez do tempo, portanto, realça seu valor; 2) Tempo subjetivo-qualitativo – enfatiza a experiência cultural e a produção de sentido na criação de significados temporais. O tempo é experimentado diferentemente de acordo com as situações em que o grupo de trabalho enfrenta.

Conforme afirmado por Hassard (2001), a visão do tempo linear-quantitativo apresenta raízes históricas que estão relacionadas com o desencadeamento do processo de industrialização. Segundo Rolim (1989), na sociedade tradicional marcadamente rural, não havia separação entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, pois ambos eram direcionados a partir das características próprias de cada momento, como o tempo de plantar e o tempo de colher, por exemplo. As várias esferas da vida do homem encontravam-se sobrepostas. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo (MARCELINO, 1983, p. 20).

A partir da Revolução Industrial, o processo de divisão social do trabalho e especialização das atividades tornou-se condição *sine qua non* para a sustentação do sistema capitalista. Gradualmente, o tempo natural e biológico das sociedades agrárias passou a ser substituído pelo tempo cronológico. O relógio transformou-se, então, na máquina dominante

da organização produtiva, fornecendo o sinal para o início e o encerramento da atividade, sincronizando atividades e mercantilizando o trabalho.

O tempo tornou-se subordinado a uma lógica racional econômica imperativa, traduzido na máxima capitalista de que “*tempo é dinheiro*”. Essa relação entre trabalho-tempo enfatiza que o tempo do trabalho é o responsável por estruturar todos os outros tempos sociais, enaltecendo o valor puritano do trabalho. Como o desempenho econômico é assegurado pelo número de horas necessárias para produzir certos bens, o tempo ganha uma imagem de mercadoria. Com isso, grande parte das preocupações relativas à produtividade das organizações gira em torno de problemas que envolvem a dimensão temporal, tais como: redução da incerteza temporal, resolução de conflitos entre atividades temporais e a alocação de recursos temporais escassos.

Esse quadro leva a questionamentos sobre o impacto dessa visão sobre os outros tempos sociais, mais especificamente sobre o tempo liberado, ou seja, o período em que o indivíduo se encontra fora de suas atividades laborais e de suas obrigações sociais. As leis de mercado ditam o ritmo do tempo da clientela, onde a pressão e a concorrência limitam a liberdade do tempo livre. O tempo do jogo, da conversa ou do encontro, é limitado pelos imperativos da produção e da produtividade. Estes são regidos pela rentabilidade. A revolução do tempo livre não suprime o “tempo é dinheiro”, ela o organiza (DUMAZEDIER, 1994, p. 100). Assim, todo esse cenário aponta para a existência de uma subversão do tempo livre à lógica capitalista. Sobre esse assunto Lafargue (1991), em sua conhecida obra “O direito a preguiça”, preconiza sobre a necessidade de o proletariado livrar-se da prisão ideológica imposta pela burguesia que torna o trabalho um dever compulsório e escravocrata.

Lafargue (1991), ao tratar da alienação do proletariado, sustenta que este foi acometido por uma “*estranha insanidade*”, pervertendo-se pelo dogma do trabalho. As inovações técnicas são vistas pelo autor como um instrumento que deveria auxiliar o operariado a realizar seu trabalho com maior velocidade e precisão. Dessa forma, a classe trabalhadora poderia dedicar maior parte do tempo ao seu descanso e lazer, em uma verdadeira apologia ao ócio. Entretanto, ao invés de prolongar o seu repouso e recreação, o trabalhador se entrega a uma “*paixão cega, perversa e homicida*” pelo trabalho, capaz de produzir efeitos fortemente alienantes. Assim, “...transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição de homens livres: sua produtividade os empobrece.”

Embora as denúncias apontadas por Lafargue datem do final do século XIX, autores da atualidade continuam a alertar que a noção de tempo produtivo encontra-se fortemente arraigada e difundida na sociedade contemporânea. A supervalorização do tempo do trabalho e toda a construção histórica e social em torno de seus adjetivos (tempo objetivo, escasso e valorizado) parecem ter contribuído, definitivamente, para a propagação de certa “negação” social do tempo liberado e, conseqüentemente, do lazer enquanto atividade reflexiva e autêntica.

Hassard (2001) contribui para o entendimento dessa inibição no gozo do lazer ao enfatizar que até mesmo a estruturação do processo de socialização contribui para reforçar a noção de tempo linear e quantitativo. De acordo com o autor, a socialização é, em parte, responsável por ensinar rígidas disciplinas de tempo por meio da segmentação das atividades em unidades temporais precisas, contribuindo para condicionar os indivíduos a criar uma consciência organizada do tempo. Por conseguinte, a dimensão temporal passa a ser percebida como algo externo e especializado, dificultando a apreensão e assimilação do conteúdo emancipatório do lazer. Diante disso, o tempo livre é confundido com tempo improdutivo e ocioso. Assim, alguns indivíduos completamente absorvidos pela lógica da supremacia do tempo do trabalho, simplesmente tornam-se incapazes de desfrutar do seu tempo liberado. Com isso, mesmo depois de tantas lutas por direitos trabalhistas relativos à concessão de férias remuneradas, direito a descanso semanal e diminuição da jornada do trabalho, a taxa da população de *workaholics* cresce em uma proporção abissal.

Essa situação que, a princípio, poderia ser um estranho paradoxo, na verdade, é apenas um traço revelador dos efeitos daquilo que Lipovetsky e Charles (2004) denominam de “tempos hipermodernos”, isto é, a multiplicação de temporalidades divergentes (tempo livre, férias, horário flexível, tempo dos jovens...). Assim, coexistem duas tendências: uma que acelera os ritmos e tende à desencarnação dos prazeres e outra, ao contrário, que leva à estetização dos gozos, à felicidade dos sentidos. Não é a toa que os extremos e a sensação de que o tempo se rarefaz são percebidos de forma tão intensa na sociedade contemporânea. Desse modo, mesmo que certos quadros funcionais possam ser *workaholics*, a maioria dos assalariados aspira conciliar a vida profissional com a particular, o trabalho com o lazer. De um lado, a sociedade-moda não para de instigar aos gozos já reduzidos do consumo, do lazer e do bem-estar. De outro, a vida fica mais frívola, mais estressante e mais apreensiva (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, pag. 82).

Marcelino (1983) argumenta que, no senso comum, o lazer é frequentemente associado ao ócio, provocando atitudes negativas em relação à atividade. Ora o lazer é considerado como o não-fazer, portanto, o vazio, ora é atribuído pouca profundidade a tudo que se faz a ele relacionado, ou seja “coisa para passar o tempo”. Esses valores verificados no senso comum contrapõem lazer e trabalho e, em certa medida, são alimentados por uma moral do trabalho, pregada pela concepção de mundo cristão (MARCELINO, p. 22). Desse modo, os campos do lazer e do trabalho passam a ser tratados como dois compartimentos estanques, não se levando em conta que a alienação em um dos campos gere atitudes de evasão ou compensação no outro.

Embora, aparentemente, possa existir uma contraposição entre tempo de trabalho e tempo livre, esse último é uma extensão do tempo de trabalho, estando de acordo com a lógica da produtividade. O tempo de lazer conquistado não se contrapõe ao trabalho produtivo, mas o complementa, tornando-se funcional ao sistema vigente e imprescindível à promoção dos interesses sociais, políticos e econômicos – que integram a trama social mais ampla (GOMES, 2008, p. 63). O exercício do lazer cria uma demanda de tempo e a redução do tempo de trabalho provoca uma demanda de lazeres. Momentos de lazer não podem ser isolados de outros momentos da vida, inclusive do trabalho. Disso decorre a necessidade de se entender lazer e trabalho como esferas complementares, uma vez que a qualidade de vida depende da relação entre o tempo livre e o tempo do trabalho.

O estudo conduzido por Peixoto (2008), a partir de uma revisão da produção científica, constatou que muitos autores que discutem a relação lazer/trabalho veem-se obrigados a estabelecer posições com relação ao pensamento marxiano e marxista, sejam elas de adesão à obra desses clássicos ou da sua negação enquanto referenciais relevantes para a compreensão da problemática do lazer. A autora verificou que alguns trabalhos sobre lazer/trabalho fazem referência a Marx sem, no entanto, fazer referência à sua obra, ocasionando uma série de distorções acerca do seu pensamento.

Dentre as principais deturpações, a autora destaca a apresentação de Marx como um ideólogo que elege o trabalho como necessidade e obrigação suprema do indivíduo, concorrendo para uma atitude de conformismo e resignação face às condições técnicas do trabalho. Peixoto (2008) argumenta que somente o não entendimento das bases que sustentam a Concepção Materialista e Dialética da História permite afirmar tal coisa, uma vez que Marx não elege nem inventa o trabalho; ele *constata* o trabalho como a atividade vital do homem

que permite a produção e a reprodução da existência humana (MARX, 1980). Neste caso, está em ação o pressuposto da anterioridade da matéria em relação ao pensamento. Em Marx, a prisão social do trabalho alienado é explicada em seu desenvolvimento histórico, e é apenas dentro destas condições, historicamente determinadas e em movimento de transformação, que os trabalhadores podem conseguir revolucionar sua situação.

Sobre a aplicação da teoria marxista nos estudos do lazer, Dumazedier (1994) reconhece que essa teorização é de grande interesse nas suas aplicações políticas. O tempo liberado, assim como a riqueza produzida, é alvo de interesses opostos entre classes sociais. A classe dominante dos empresários tende, portanto, a explorar a aspiração ao lazer por meio da produção e difusão de bens e serviços lucrativos. Dumazedier (1994), contudo, alerta para a criação histórica de valores a partir do crescimento do tempo livre em todas as classes sociais o que levou a uma relativa democratização do lazer e alterações na estrutura simbólica do tempo livre. Se num passado não muito distante, o lazer era algo a ser considerado apenas para as camadas sociais privilegiadas, que já satisfizeram suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação – conforme difundido pela Teoria das Necessidades de Maslow – hoje o lazer passa a ser entendido e reivindicado como um direito social básico (“a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”). Essa discussão incita outro debate relativo ao modo como essa “democratização” do lazer se processa na sociedade contemporânea. O acesso ao tempo livre não leva a contestar o tempo do trabalho? O homem moderno está preparado para usufruir do seu lazer de forma autêntica e criativa? Essas e outras questões serão abordadas na sessão que se segue.

#### **4. Temos mais tempo livre disponível! E agora, o que fazer com ele?**

Não se pode desconsiderar que, apesar de uma série de impedimentos socioeconômicos, as atividades de lazer estão cada vez mais presentes na vida das pessoas, indistintamente, quando mais não fosse, pela simples difusão dos meios de comunicação de massa. A área de lazer e entretenimento vem atraindo investimentos consideráveis, multiplicando o seu público e abrindo novos horizontes de desenvolvimento para o setor, como é o caso da indústria de viagens e turismo, que representa, atualmente, um dos ramos que mais cresce no mundo. No entanto, quando se tem em mente as possibilidades que o lazer oferece em termos de variedade de ocupações ou das funções que possa cumprir, ou seja, quando o critério deixa de ser quantitativo e se transforma em qualitativo, buscando-se

detectar a apropriação do lazer enquanto atitudes ativas, balanceando diversão, repouso, criticidade e criatividade, as barreiras que se verificam no plano social adquirem um peso muito maior (MARCELINO, p. 49).

Se por um lado a industrialização tende a aumentar o tempo livre por meio da redução da duração do trabalho, por outro, corrompe esse tempo fora do trabalho. O obstáculo em lidar com o tempo livre está relacionado com a existência de um hiato que afasta os indivíduos da possibilidade de transformar seu tempo liberado em lazer autêntico. O tempo liberado, então, acaba servindo como meio para a propagação de valores úteis à manutenção do sistema capitalista (estímulo ao consumo impensado, lazer como função exclusiva de restauração das forças de trabalhado e difusão de pressupostos ideológicos). Dialeticamente, a mesma sociedade que faz crescer as cifras da indústria do lazer, do entretenimento e do turismo parece se mostrar pouco preparada para lidar, de maneira autônoma e consciente, com o uso das suas diversas dimensões sociais do tempo.

Marcelino (1984, p. 26) atribui esses desajustes à difusão de uma perspectiva funcionalista do lazer. Essa visão concebe o homem como simples detentor de “status” e executor de papéis, em função da manutenção do sistema vigente. A visão funcionalista em termos de valores do lazer e do trabalho, ou coloca naquele o caráter de finalidade, como compensação do trabalho alienado – e assim a alienação permanece intocada, ou considera simples reparador dos efeitos negativos do trabalho, para mais trabalho. As duas alternativas consideram o homem como simples máquina que necessita de períodos de manutenção e reparo para seu funcionamento. Existe, portanto, uma tendência em subjugar o lazer ao trabalho, o que interfere, decisivamente, no modo como o homem faz uso do seu tempo liberado disponível. Como consequência, ao invés de o lazer servir como instrumento de desenvolvimento humano, auxiliando na reflexão sobre o sentido das ações realizadas coletivamente, ele pode ser, facilmente, convertido em fonte de alienação e prisão ideológica.

Gomes (2008) enfatiza que, na busca do prazer estimulado pela fantasia, muitas experiências de lazer acabam se ajustando às estratégias de modismo e de homogeneização cultural em diferentes perspectivas que perpassam pela linguagem aos gostos, músicas, atitudes e valores. Como consequência desse processo, o lazer torna-se bastante lucrativo para a cultura do consumo, constituindo-se em um tema fundamental para a indústria cultural.



A expressão *indústria cultural* foi empregada por Adorno e Horkheimer nos anos quarenta do século passado, para tentar compreender as condições de produção e reprodução social relacionada à mercantilização da cultura, sua banalização e reificação.

De acordo com Adorno (2002), em tempos de sociedade administrada e indústria cultural, a produção da arte não é “também” mercadoria, mas é mercadoria *antes de tudo*. Na “*Dialética do Esclarecimento*”, Adorno e Horkheimer (1997), esclarecem melhor essa ideia ao afirmar que a indústria cultural pressupõe uma absorção – quase completa – do valor de uso pelo valor de troca, i.e., o prestígio proporcionado pela mercadoria cultural consumida se sobrepõe à funcionalidade dessa mercadoria, em seu estado nato. Desta maneira, a cultura perde seu valor de uso, o seu ser, para virar mercadoria de troca no sistema capitalista; um tipo de mercadoria destinada exclusivamente à venda, avaliada por sua capacidade de lucratividade e de prestígio; e não mais pelo seu valor estético, espiritual e filosófico (ADORNO, 2002).

Para Adorno (2002), o desenvolvimento progressivo da indústria cultural dimana, necessariamente, das leis gerais do capital; onde, em algum momento, as transformações tecnológicas, sociais e políticas, inerentes ao capitalismo, perpassam e modelam o sistema de cultura de massas. Assim sendo, a evolução tecnológica permitiu a reprodutibilidade técnica das artes, transformando o sistema de produção cultural em mercadoria, mas em mercadoria massificada, que carrega consigo – implicitamente e como consequência – o controle e a manipulação. Portanto, nenhum esforço deve ser exigido, qualquer relação com o objeto que demande reflexão, trabalho intelectual ou mediação estética para além da superficialidade, deve ser denegada.

Adorno e Horkheimer (1997) afirmam ainda que a sociedade capitalista engendra uma disposição psicofisiológica para o consumo, essencialmente no “tempo livre”, para que a lógica da exploração e do esgotamento se solidifique também extramuros do escritório, da fábrica e da sala de aula.

As reflexões sobre a construção social que se processou ao longo da história em relação ao tempo livre, desde a superavaliação do tempo do trabalho ao ajuste do tempo liberado aos propósitos da indústria cultural, tornam evidente a complexidade do lazer. O fenômeno do lazer foi gerado numa evidente tensão entre classes sociais e da ocorrência contínua e complexa de polos antagônicos como controle/resistência, adequação/ subversão. Não é de se estranhar, portanto, que a sociedade contemporânea, mesmo depois de aumentar

seu tempo livre disponível e suas opções de entretenimento, tenha dificuldades em conceber uma prática de lazer promotora de uma atividade não-conformista, crítica e criativa dos sujeitos historicamente situados. Diante disso, será necessário educar o homem para o lazer assim como ele foi educado para o trabalho para que ele possa usufruir melhor maneira do seu tempo liberado?

Sobre essa questão, Gomes (2008) argumenta que o próprio contexto de formação do profissional em lazer, nos moldes tradicionais em que esta vem se constituindo, contribui para a manutenção da ordem social vigente e à perpetuação de visões distorcidas sobre a temática do lazer. A autora constata que a proposta pedagógica de muitos cursos de recreação e lazer baseia-se em modelos tecnocráticos tradicionais, que objetivam reproduzir pacotes de conteúdos e padronizar metodologias recreativas a serem desenvolvidas em escolas, clubes, hotéis e outras instituições.

Desse modo, o que vem predominando é um processo de reprodução cultural baseado na lógica da “prática pela simples prática” em que os participantes são concebidos como meros executores de atividades, sem que lhes sejam exigidos qualquer tipo de reflexão. Um exemplo bastante elucidativo dessa situação pode ser verificado na prática do turismo de massa em que os turistas seguem rigorosamente um pacote de lazer/prazer de atividades e programações. As duas únicas preocupações do visitante limitam-se ao consumo (por muitas vezes predatório) do maior número possível de lugares que o roteiro possa incluir e, evidentemente, o acúmulo de *souvenirs* e fotografias que, posteriormente, serão exibidos como verdadeiros troféus. Essa situação serve para caracterizar o que poderíamos chamar, parafrazeando com Guerreiro Ramos, da “Era do Lazer Enlatado”.

## **5. A crítica do lazer: outro lazer é possível?**

O despreparo da sociedade na realização de um lazer criativo e autêntico no tempo livre mostra que o assunto encontra raízes históricas e econômicas profundas e complexas. Com base nisso, é necessário se pensar os conteúdos culturais do lazer a partir de uma consciência crítica. Wacquant (2004) esclarece que existem dois sentidos para a noção de crítica, no que se refere à sua origem: o primeiro vem de Kant e diz respeito à avaliação de categorias e de formas de conhecimento com o objetivo de determinar sua validade cognitiva e seu valor. O segundo é de Marx, cuja noção está ligada à análise da realidade sócio-histórica com o objetivo de expor as formas de dominação e exploração que a definem. Para Wacquant

(2004), o pensamento crítico mais frutífero é aquele que se situa na confluência dessas duas tradições, ou seja, da crítica epistemológica e social, questionando sistematicamente tanto as formas estabelecidas de conhecimento como as de vida coletiva.

A base da teoria crítica, portanto, encontra-se no postulado de que é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. O “dever ser” refere-se às possibilidades não realizadas pelo mundo social, analisando o que este poderia ter de melhor se suas potencialidades se realizassem. Com base na identificação dessas potencialidades torna-se possível entender mais claramente como o mundo funciona.

Os estudos críticos apontam para a prática a partir da realização desses potenciais emancipatórios, por meio da identificação e rompimento dos obstáculos. A categoria da emancipação e a adoção de um princípio material de afirmação da vida podem ser referências para a ação política que visa transformar o sistema presente e construir uma nova ordem (MISOCZKY, FLORES e MORAES, sd). Para tanto, torna-se indispensável a manutenção do pensamento crítico que não se conforma com o que é dado como descrição do real e não aceita passivamente a imposição de estruturas e pensamentos dominantes e hegemônicos. Justamente nesse ponto que a crítica do lazer precisa ser concebida. Para que o lazer possa desenvolver-se como agente de emancipação humana é importante entender o contexto do fenômeno, a produção de significados construídos coletivamente acerca do mesmo e as inter-relações dos diferentes elementos que o estruturam, sobretudo, em relação às variáveis tempo e atitude.

Parece, portanto, ser pouco provável que essa consciência crítica possa efetivar-se sem que se discuta a função da indústria cultural para a manutenção da prática de lazer como desviante da atenção e fonte de alienação. Assim, os fatores econômicos e a relação lazer/trabalho precisam ser amplamente explorados. No mesmo sentido, parece imprescindível que a noção de tempo quantitativo, valorativo e linear seja, gradualmente, substituída pela ideia de tempo qualitativo, colocando-se ênfase na experiência cultural e na produção de sentido na criação de significados temporais.

Evidentemente, a implantação dessas reflexões às práticas sociais não é tarefa fácil, uma vez que envolve significados construídos e internalizados socialmente ao longo de séculos de história. Por esse mesmo motivo, o tema torna-se tão profícuo para a sociedade contemporânea que se alicerça, cada vez mais, no crescimento da indústria do lazer e turismo

e no desenvolvimento de temporalidades heterogêneas que se impõem no centro de novos conflitos sociais, gerando tensões inéditas.

## 6. Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ADORNO, T. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUARTE, R. A indústria cultural “global” e sua crítica. In: DUARTE, R. et. al. (Orgs) **Kátharsis: reflexões de um conceito estético**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002, p. 251 -264.

DUARTE, R. Eventos preliminares da Crítica à Indústria Cultural. In: DUARTE, R. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DUMAZEDIER, J. A. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HASSARD, J. Imagens do tempo no trabalho e na organização. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001. vol. 2, p.190-216.

LAFARGUE, P. **O direito a preguiça**. 3. Ed. Lisboa : Teorema, 1991.

LIPOVESTSKY, G.; CHARLES, S. **Tempos hipermodernos**. São Paulo: Barbarolla, 2004.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

\_\_\_\_\_. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARX, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro primeiro, v.1, 1980.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. **Organização e práxis libertadora**. (No prelo)

ROLIM, L. C. **Educação e lazer: a aprendizagem permanente**. São Paulo: Ática, 1989.

WACQUANT, L. Critical thought as solvent of doxa. **Constellations**, v.11, n.1, p.97- 101, 2004.